MULHERES NO PREZEIS: CONQUISTANDO A CIDADANIA E ALTERANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Mary Alves Mendes¹

... depois que eu me envolvi nisso aí tudo mudou. Você dentro de casa, submissa a tudo é uma galinha, mas de repente você voa então você se torna uma águia. Antes eu era uma galinha agora eu sou uma águia...²

Introdução

A presença constante das mulheres nas diversas instâncias do espaço público quer seja no mercado de trabalho, na educação, ou nos movimentos sociais acabou provocando mudanças significativas no que se refere à família, à sexualidade, e à sociedade de uma forma geral³. Nas palavras de Hobsbawn (1995, p.313) "As mulheres foram cruciais nessa revolução cultural, que girou em torno das mudanças na família tradicional e nas atividades domésticas...". As atribuições tradicionalmente masculinas de manter a família, de estar na esfera pública, de ter liberdade sexual e de participar da política por excelência, já divide a sua cadeira cativa com a emergência constante da mulher nessas esferas ditas soberanamente masculinas⁴. Tais ocorrências são frutos das lutas por igualdades

¹ Mestranda de Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Integrante do Núcleo de Estudos da Família, Gênero e Sexualidade – FAGES, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

² Fala de uma líder comunitária sobre as mudanças pessoais percebidas a partir do seu ingresso na esfera pública.

³ Sobre esse assunto ver GIRALDO (1994). O autor faz um percurso dessas mudanças sócioeconômicas ocorridas em diversas sociedades, no séc. XIX e XX, e as influências que as mulheres tiveram sobre elas. Ressalta o movimento feminista como colaborador dessas mudanças, tanto em relação aos estudos teóricos como em relação as intervenções nas políticas públicas.

^a Mesmo considerando como significativo progresso a presença da mulher no mercado de trabalho, não se pode desconsiderar que tal fato ainda deixa muito a desejar quando se trata de salários, esses são inferiores aos dos homens quando comparados na mesma função.

de direitos e menos discriminação que ocorreram aproximadamente há quatro décadas via Movimento Feminista⁵.

Tratando-se da influente presença das mulheres no espaço público e das mudanças daí decorrentes, percebidas não só em nível da organização social, mas, sobretudo em nível das mulheres enquanto gênero que compõe organização social, é que se põe a indagar, por exemplo, a respeito da mulher que participa da instância do espaço público relacionado aos movimentos sociais, mais especificamente aos movimentos populares de bairros. O que se poderia, então, pensar e dizer sobre a mulher participante de um movimento popular? À primeira vista a idéia que se tem é a imagem da líder comunitária que reivindica melhorias materiais e benefícios gerais para o bairro e comunidade da qual faz parte, o que não está incorreto, mas, diria que é uma noção limitada, no sentido de que percebê-la apenas como benfeitora dos serviços comunidade junto às comunitários e intermediária da organizações governamentais, não governamentais, e classe política, assinala apenas os reflexos da sua participação em esfera pública, das ações políticas da suas institucionalizadas, mas não da interferência dessa participação na sua esfera privada, aquela que diz respeito ao pessoal, particular, ao âmbito do doméstico.

Pensar na mulher participante de um movimento popular do tipo reivindicativo nos traz, a primeira vista, a noção da líder comunitária reivindicando melhorias materiais e benefícios para o bairro e mais especificamente para a comunidade da qual faz parte, o que não está incorreto, mas, diria que é uma noção limitada no sentido de que, percebê-la apenas como benfeitora dos serviços comunitários ou como intermediária da comunidade junto às organizações governamentais, não governamentais e classe política, assinala somente os reflexos da sua participação em termos do público, ou mais especificamente, das suas ações políticas institucionalizadas. Mas o que poderíamos dizer dessa mulher no que diz respeito à sua vida familiar a partir da sua inserção em um Movimento

⁵ Para saber sobre a história do feminismo no Brasil ver Teles (1999). A autora descreve a trajetória e importância do Movimento Feminista para as brasileiras percorrendo a atuação dessas no período político da Colônia, Império, e República até os anos 1990.

Social? Que relação poderia se estabelecer entre os espaços considerados públicos e privados? Que alterações nas relações de gênero no âmbito do pessoal podem ocorrer como reflexo da sua inserção no espaço público? Para os estudos de gênero e mais particularmente para o entendimento das relações de gênero é fundamental não só estabelecer essa conexão entre público e privado mas as alterações proporcionadas no trâmite dessas esferas. Perceber a inserção e participação das mulheres nesses movimentos reivindicativos como propulsora das alterações das relações de gênero, não só em nível da esfera pública, mas sobretudo em nível da esfera privada, é o objetivo desse estudo.

Mais que uma relação de lobby frente ao Estado, esses movimentos se constituem em espaços provedores de elementos que as fazem exercitar a sua cidadania, o seu poder de negociação, representação, articulação e discussão do fazer político, influenciando não só as suas relações com o poder público (administração pública), como as suas relações no âmbito do privado (da casa), uma vez que os mesmos as engendram novos conhecimentos, novas percepções do mundo, dos outros e delas mesma, provocando muitas vezes novas construções e até rompimentos das relações de poder tradicionalmente estabelecidas. Pinto (1992, p.31), diz que a adesão compreende rupturas, constituição de uma identidade pública e novas relações de poder, favorecendo a emergência de uma nova mulher, pois a saída do privado para o público tal qual "um rito de passagem" (Idem, p.131) inclui a entrada em uma rede de relações que pressupõe novos saberes e informações que consequentemente vão redefinir ou mudar antigas relações de poder, quer seja na esfera privada ou na esfera pública.

Para mostrar a importância e conquistas gerais alcançadas pelas mulheres através da sua inserção no espaço público, e averiguar a sua participação nos movimentos populares (particularizando aqui os movimentos reivindicativos de bairros que atuam no Prezeis) enquanto espaços de poder adquiridos, não só em relação ao poder público, mas principalmente no que se refere a sua vida privada, percorre-se inicialmente nesse texto a trajetória das mulheres brasileiras nos espaços públicos, ao longo da história, mostrando-os enquanto

canais de visibilidade e poder; em seguida mostra o espaço público em que estão inseridas as mulheres investigadas, procurando situá-lo dentro da política dos movimentos populares, e por fim adentra-se ao universo empírico pesquisado e as mulheres que dele participa como representantes de suas Comunidades⁶, analisando alguns elementos que mostram a relação entre a participação delas no Prezeis e as alterações ocorridas nas relações de gênero no espaço público, mas. principalmente no espaço privado a partir dessa inserção.

A amplitude e influência dos Movimentos Sociais para as mulheres, aqui particularizando os Movimentos Populares ou Reivindicativos Urbanos como queiram, vão além de uma simples relação de pressão e reivindicação junto ao Estado por melhores condições materiais de sobrevivência, eles se constituem também em espaços de poder e de influências nas relações de gênero. Tal assertiva foi comprovada pelos discursos das Representantes Comunitárias que atuam junto ao Prezeis. A maioria mostrou que o ingresso na esfera pública as tornou mais conscientes dos seus direitos, mais autônomas, decididas, e com uma maior aquisição de conhecimentos. As várias funções que ocupavam essas mulheres no espaço público, por conta das suas ações políticas de líder comunitária, sejam comunidades⁷, ou nos micros espaços que formam as instâncias do Prezeis⁸, as fizeram conhecer "coisas", "pessoas" e "situações" num visível processo de socialização que acabou sendo uma espécie de despertador de um "novo mundo", que a princípio (quando do ingresso) foi temido e tomado com cautela pelas alterações e rebuliço que o mesmo causava no seu cotidiano e nas relações familiares, mas que depois se tornou vital para o entendimento do seu "antigo mundo" e da percepção delas mesmas como duas mulheres, "uma de antes" e "uma de agora".

⁶ Refiro-me ao Prezeis — Plano de Regularização das Zonas de Interesse Social, e as mulheres que são escolhidas pelas comunidades onde moram para representá-las junto ao Prezeis.

⁷ Entre as várias funções que ocupam na Comunidade estão as de presidente ou membro da associação de moradores do bairro, conselho de moradores, clube de mães, orçamento participativo, agentes de saúde.

⁸ No Prezeis elas participam das reuniões do fórum, do segmento popular, das câmaras de urbanização e legalização, das reuniões da Comul.

Trajetória das Mulheres na Esfera Pública

Dentre os segmentos que se mobilizam e se articulam estão as mulheres reivindicando os seus direitos, reclamando as desigualdades entre os sexos, desigualdades de salários, lutando por melhores condições de vida, por menos discriminação e opressão, entre outros. Embora seja maior a participação masculina nos movimentos sociais, as mulheres ocupam cada vez mais um importante papel nessa trajetória. Foi através da sua atuação nos Movimentos que grandes mudanças ocorreram em relação aos seus direitos e liberdades, basta dizer que desde o século XVIII sabe-se das mulheres formando associações, participando das Revoluções, lutando pelo direito ao voto, etc. Durante o século XIX e XX, essa participação cada vez mais se intensifica, sendo percebida nos mais diversos movimentos como os feministas, de mulheres, ecológicos, pela paz, rurais, urbanos. lutando por suas questões mais específicas ou por questões mais gerais elas estão marcando presença (Molyneaux, 1997).

Importantes enquanto veículos de luta, resistência e transformação dos sujeitos e da sociedade de um modo geral, percebe-se também a importância dos movimentos enquanto espaços de visibilidade e poder para as mulheres, uma vez que se constituem em espaços que as tornam reconhecidas e legitimadas publicamente, fornecendo elementos que favorecem a mudanças nas relações de gênero, levando ao que Pinto (1992) chama de transformação de um sujeito em outro sujeito, o que consequentemente leva a rupturas e/ou reconstruções das antigas relações de poder por elas vividas. A emergência desse novo sujeito é também observada por Soares (1998, p.35) quando diz que essas mulheres "ao transcenderem seu cotidiano doméstico, fizeram despontar um novo sujeito social: mulheres anuladas emergem como inteiras, múltiplas". Seguindo os estudos de Freitas (1998), sobre a participação das brasileiras na esfera pública, procura-se a seguir fazer uma breve trajetória da sua atuação nas décadas de 1960 a 1990.

As mulheres brasileiras também estão presentes na esfera pública desde o século XIX, quer seja na edição de jornais e

revistas com idéias de libertação, quer seja na luta pelo direito de entrar nas Universidades ou ainda levando a cabo o movimento sufragista. Entre 1915 e 1920 elas atuavam nos movimentos anarquista e comunista discutindo sua condição na sociedade. Em 1919, no Rio de Janeiro, criaram a Liga pela Emancipação da Mulher e em 1922 a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Em 1932 conseguiram o direito ao voto e em 1935 participaram ativamente na Intentona Comunista. Depois de um refluxo nas manifestações, por conta da II Guerra Mundial, voltaram ao espaço público na década de 1960 atuando em organizações de esquerda, apoiando o golpe militar de direita em 1964, participando do movimento feminista europeu, dos sindicatos, e ainda das organizações de bairros, via instituições religiosas, clubes de mães e associações de moradores.

Em 1975, se fizeram presentes na Conferência sobre a Mulher, na cidade do México. Aqui no Brasil lutaram pela anistia. Em 1979, realizaram o Primeiro Congresso da Mulher Paulista. É também nesse período que passaram a lutar contra a carestia e onde as trabalhadoras domésticas, articuladas, conseguiram o direito à carteira de trabalho assinada. Reuniu-se em grupos de reflexões, estiveram presentes nos espaços acadêmicos, se filiaram a partidos políticos de oposição, promoveram trabalhos educativos junto aos sindicatos, associações, movimentos populares de bairro e fundaram as primeiras ONG's feministas.

A década de 1980 foi um período em que ocorreram muitos Encontros locais, regionais, nacionais e internacionais discutindo temas como saúde, sexualidade, reprodução, violência, necessidades básicas, etc. Em 1982 as mulheres passaram a atuar nas estruturas de poder, compondo bancadas legislativas (estaduais e federais). Em 1983, criaram os primeiros Conselhos da Condição Feminina ligados a governos estaduais e através dos Movimentos passaram a interferir no processo de democratização, formulando e implementando políticas. Dessas implementações tem-se em 1983 a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1985 a criação das primeiras Delegacias Especializadas da Mulher (DEAMS), em 1988 a realização da Primeira

Conferência Nacional de Saúde da Mulher e a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Uma das características também marcantes desse período foram as açõescampanhas, dentre elas destaca-se "Constituinte pra Valer, tem que Ter Palavra de Mulher" que teve seus reflexos na própria promulgação da Constituinte inserindo em seu texto muitas das reivindicações propostas, como o título de proprietária concedido à mulher rural, a licença paternidade, e alterações no prazo da licença maternidade.

Outra característica dos anos 1980 foi o crescimento do número de participantes nos Encontros Nacionais Feministas, a exemplo tem-se o Encontro de Garanhuns, em Pernambuco, que reuniu mais de mil mulheres. Mas a grande quantidade de participantes acabou tornando difícil o encaminhamento e o aprofundamento das questões discutidas fazendo com que esses Encontros, enquanto modelos de articulação e participação, se esgotassem no final da década de 1980 sendo substituídos por outras formas de participações, como os Fóruns Estaduais de Mulheres, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, grupos e ONG's de mulheres.

Na década de 1990, as transformações ocorridas na sociedade acabam acentuando "a tendência desestruturadora dos movimentos sociais" enquanto grandes mobilizações. Esse período para os países da América Latina, incluindo o Brasil, é marcado pelo agravamento de uma crise econômica.

É visível a dificuldade das ONG's em relação a recursos e muitas foram extintas, por outro lado foi criada a Associação Brasileira de ONG's com mulheres participando da liderança da mesma. A categoria de gênero já trabalhada pelas feministas passou a se legitimar agora junto às ONG's, Academia e políticas públicas, fazendo com que o feminismo brasileiro expandisse suas articulações em redes.

Em 1991, ONG's e grupos de mulheres fundaram a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, instância política importante no tocante aos direitos humanos e cidadania. Multiplicaram-se, nas universidades, os núcleos de estudos sobre a mulher, um exemplo foi a criação da Rede Feminista de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero-REDOR. Na ECO 92, no Rio de Janeiro, o movimento

de mulheres, com a participação de lideranças feministas de diversas partes do mundo, organizou o Planeta Fêmea, um dos importantes espaços de debates sobre o desenvolvimento sustentável. Compondo ainda o Ciclo de Conferências da ONU elas participaram também das Conferências sobre Direitos Humanos emViena/93 e População e Desenvolvimento em Beijing/95.

A participação das mulheres na esfera pública abriu espaços para sua maior visibilidade enquanto sujeito político atuante na sociedade, e enquanto mulher, tratando de suas questões específicas. Lutando por questões gerais e por questões mais específicas muitas vitórias foram alcançadas. Freitas (1998, p. 14) argumenta que, "... as diferentes instâncias de organização do movimento de mulheres renovaram suas energias em torno da luta por políticas públicas mais adequadas". Esse argumento se faz adequado quando se percebe que, principalmente depois da Conferência de Beijing (1995), muitos espaços ganharam maior impulso e muitos outros foram criados como fruto das articulações e mobilizações das mulheres. Como exemplo, temse o aumento da participação feminina no poder municipal (prefeituras e câmaras de vereadores); multiplicação e dinamização dos Conselhos (municipais e estaduais) dos Direitos das Mulheres; desenvolvimento das ações voltadas para saúde através da parceria com Secretarias Municipais Estaduais, Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina e ONG's; proliferação de projetos de políticas públicas; criação de campanhas e programas relacionados à questão da mulher; capacitação sobre a questão de gênero realizada nas instâncias da CUT, CONTAG, ONG's mistas e partidos políticos; e a abertura de espaço na mídia para a divulgação de campanhas realizadas pelo movimento de mulheres.

As mulheres estiveram presentes, como já foi visto, na maioria das lutas da sociedade brasileira. Desde o começo da industrialização brasileira que as mulheres estão presentes em movimentos reivindicativos para melhorar suas condições de trabalho e salários.

No Recife a participação das mulheres aconteceu desde a década de 1950, com a criação da Associação Feminina Zélia Magalhães no bairro da Mustardinha, a Liga Instrutiva

Feminina no bairro de Santo Amaro, as mulheres de Olinda que reclamavam da falta de água, as mulheres do bairro da Torre que lutavam pela construção de uma escola, as de Casa Amarela que requisitavam a pavimentação de uma rua, e ainda as do bairro de Santo Amaro que queriam promover a alfabetização das mulheres (Guimarães, 1999).

Atualmente, é bem intensa e diversificada a participação das mulheres pernambucanas e particularmente das recifenses em organizações, tanto em relação a classe social da participante quanto em relação a natureza do grupo ao qual participam. Fora essas participações há que se ressaltar a presença significativa delas hoje nos Movimentos Reivindicativos de Bairro na cidade do Recife. Das 32 Comunidades que participam do Prezeis, 20 são representadas por mulheres.

Dada a relevância da participação da mulher nos movimentos sociais⁹, enquanto instrumento visível de conquistas e mudanças da sua posição na sociedade em nível da esfera pública, percebe-se também ser importante avaliar as transformações ocorridas com a mesma no âmbito do privado quando esta adere a um Movimento¹⁰. Mais que uma relação de *lobby* os movimentos engendram uma verdadeira rede de relações de poder, saber e informações às mulheres que deles participam podendo ser explicadas teoricamente a partir da percepção de Foucault (1995) sobre poder¹¹, da concepção de

⁹ As organizações das quais fazem parte são: Fórum de Mulheres de Pernambuco, Casa da Mulher do Nordeste, Associação das Mulheres da Vila de Bola na Rede, Centro das Mulheres do Cabo, Associação das Parteiras de Caruaru, Caatinga, Centro Solano Trindade, C.A.I.S do Parto, Centro de Organização Comunitária de Chão de Estrelas, Coletivo Mulher Vida, Gestos-Soropositividade, Comunicação e Gênero, Grupo Origem, Grupo de Mulheres da APEC, Departamento de Enfermagem da UFPE, Grupo Curumim, MMTR-Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Sertão Central de Pernambuco, Justiça seja Feita, Mulheres de Benvirá, Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre a Mulher/UFRPE, Secretaria Estadual de Mulheres do Partido dos Trabalhadores (PT), Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pernambuco, SOS Corpo-Gênero e Cidadania (GUIMARÃES, 1999)

¹⁰ Por público entende-se o lugar "comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. (...) É o espaço da liberdade, da aparência e divulgação. Espaço dos negócios, da política, da economia. (...) Privado, no entanto, é o espaço interior, onde se desenvolve a vida no lar, a afetividade, a intimidade, a economia doméstica e o suprimento das necessidades orgânicas da vida humana" (Arendt, 1993:62). Embora tendo características opostas, essas esferas não devem ser vistas de maneiras dicotômicas e polarizadas ¹⁰ pois são complementares entre si e só podem subsistir na forma de coexistência (ARENDT, 1993; DA MATTA, 1993).

¹¹ O poder na perspectiva foucaultiana é relacional, fluido, não verticalizado, está em toda parte, vem de todos os lugares e, sobretudo não é uma instituição e nem estrutura é antes uma estratégia, uma correlação de forças imanentes às relações sociais.

Gênero em Scott (1991)¹² e da visão transcendente de Pinto (1992)¹³ sobre o significado da participação enquanto espaços de poder, quando diz que aderir a um movimento é para a mulher transformar-se, estabelecer rupturas, constituir uma identidade pública, romper com a sua condição de invisibilidade pública, é entrar numa rede de relações que pressupõe novos saberes e informações redefinindo as relações de poder no espaço público (relações de legitimação e reconhecimento frente à sua comunidade e ao Estado) e no espaço privado (relações com o parceiro, filhos e parentes) favorecendo melhorias não só em nível das condições de vida material para a comunidade como também nas relações sociais de gênero nos espaços públicos onde atua e nos que dizem respeito à esfera privada do seu lar (Pinto, 1992). Para verificar a influência das ações políticas coletivas, enquanto espaços de poder no cotidiano das mulheres aqui investigadas, mostra-se a seguir como funciona e está estruturado o Prezeis, que é o contexto onde se dão as suas ações.

PREZEIS: Funcionamento, Estrutura e Integrantes

O Prezeis – Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social¹⁴, é um instrumento de política urbana e funciona através de um modelo de gestão participativa. Implantado pela prefeitura do Recife, desde 1987 pela Lei nº 14.947, por pressão e reivindicação de setores do movimento popular, com a finalidade de regulamentar a Lei nº 14.511/83 de Uso e Ocupação do Solo, ou seja, solucionar os problemas relacionados à regularização e urbanização das áreas faveladas

¹² Para Scott gênero é um "elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos (...) é uma forma primeira de significar as relações de poder. (...)" A noção de gênero para Scott implica ainda a coexistência de quatro elementos que devem estar relacionados entre si que são os símbolos culturais, os conceitos normativos, a noção do político, e referências às instituições e organizações sociais.

¹³ Pinto tem uma ampla visão sobre os movimentos sociais quando entende que a amplitude destes vai além de uma simples relação de *lobby* frente ao Estado. Eles podem, por exemplo, ter reflexos não só na estrutura mas nos agentes, principalmente quando se trata das mulheres em consonância analítica com as relações sociais de gênero.

Para maiores conhecimentos sobre o funcionamento, estrutura e política do Prezeis ver: URB/FASE/CENDHEC: 1997; MARINHO: 1999; MORA: 1992 e 1993; FREIRE: 1998; e LUBAMBO: 1998.

da cidade do Recife. Esse Plano funciona através da participação conjunta da Prefeitura, membros do segmento popular e ONG's. Os membros do segmento popular que lá participam são moradores de favelas eleitos pela própria comunidade para representarem-na. Geralmente são indicados ou se candidatam para a representação aqueles membros que já estão inseridos em trabalhos na comunidade (associação de moradores, conselho de moradores, clube de mães, agentes de saúde, etc.). O período de permanência do mandato para os candidatos é de dois anos, podendo esses ser reeleitos por mais uma vez. Esses Representantes recebem do Fundo Municipal do Prezeis uma ajuda de custo para subsidiar gastos com transportes para participar das reuniões e atividades¹⁵. Recebem também das ONG's¹⁶, assessoria no que se refere ao processo de instalação e andamento da Comul - Comissão de Urbanização e Legalização.

O Fórum, e as Comul's – Comissões de Urbanização e Legalização, são espaços fundamentais no funcionamento do Prezeis. O Fórum se constitui em um espaço de discussão política, deliberação e ainda formação e capacitação. Enquanto canal institucional deliberativo sua função é gerir o fundo do Prezeis e administrar os seus trabalhos através de uma coordenação que é composta de 5 membros: 3 representantes do segmento popular, 1 do poder público (URB) e 1 das ONG's. As Comul's, são espaços institucionais de caráter deliberativo no que se refere aos projetos de urbanização e regularização jurídica desenvolvidos nas Zeis. São compostas de 5 representantes: 2 da comunidade, 2 do poder público (técnicos da URB) e 1 de ONG.

Um outro espaço existente no bojo da programação das atividades do Prezeis, mas que não compõe a sua parte

¹⁵ Essa ajuda de custo chamado de jeton é alvo de muitas críticas e controvérsias, para uns é mais do que justo o recebimento, visto que os participantes são pessoas muito pobres e que moram nas periferias da cidade e sem condições mínimas de deslocamento para as reuniões. Sem essa ajuda a sua participação se tornaria inviabilizada. Para outros (CEAS, 1995), o jeton afasta a liderança da sua base além de perpetuar um pequeno grupo no poder. ARAÚJO e COSTA (1995) dizem que a existência da ajuda de custo dificulta a renovação de lideranças no Prezeis.

¹⁶ As ONG's se constituem numa espécie de intermediária entre o Estado e o Movimento Popular. As ONG's que participam do Prezeis são: FASE-Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; ETAPAS-Escritório Técnico de Assessoria, Pesquisa e Ação Social; CENDHEC-Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social; CSJ-Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro; SCJP-Serviço Comunitário de Justiça e Paz (MARINHO, 1999).

institucional são as reuniões do segmento popular, aqui entendido os Líderes Comunitários que representam legalmente suas comunidades junto ao Prezeis. Essas reuniões do segmento popular são espaços de discussões e estratégias políticas visando a tomada de decisões da categoria diante das questões relacionadas às suas comunidades, ao poder público, e às entidades de assessoria (ONG's). Os resultados dessas discussões são levados ao Fórum para serem apreciados e deliberados. É comum nessas discussões se observar relatos dos problemas existentes nas favelas, reivindicações de melhorias para as áreas, reclamações e denúncias sobre a atuação do poder público, e das ONG's, avaliação do trâmite e distribuição dos recursos e projetos para as áreas, avaliação de posturas dos líderes comunitários, avaliação da coordenação do Prezeis, etc.

Em 1998, período de referência da pesquisa, existiam 65 áreas Zeis na cidade do Recife, destas 32 possuíam Comul's instaladas¹⁷, como cada Comul possui dois representantes comunitários titulares isso significa que ao todo existiam 64 representantes comunitários. Somados a esses havia um representante do Movimento de Luta pela Moradia, finalizando 65 representantes. Desses, 28 eram mulheres e 37 eram homens, totalizando um percentual de 43,08% de representação feminina e 56,92% de representação masculina. A diferença de representação entre as duas categorias é de 13.84% em favor da categoria masculina. A diferença existente entre as categorias mostra a significante participação das mulheres provenientes das camadas populares nas ações políticas coletivas. Mais instigante ainda é reconhecer o triplo papel que desempenham essas mulheres (donas de casa, amantes, e líder comunitária) e as estratégias por elas utilizadas para conciliar o universo da rua com o universo da casa, principalmente quando se leva em conta que a sina dos afazeres domésticos lhes é mais fortemente imputada devido a precária situação financeira, cabendo a elas pessoalmente a responsabilidade da casa e dos filhos.

¹⁷ Ter COMUL instalada significa a área ZEIS estar vinculada ao PREZEIS

O Movimento Popular no PREZEIS

O caráter de institucionalização do Movimento Popular que compõe o Prezeis 18, está inscrito no quadro geral do que Doimo (1995) descreve sob a denominação do binômio autonomia-institucionalização. Os estudos sobre Movimentos no Brasil são explicados a partir das matrizes, estrutural-autonomista, cultural-autonomista, e institucional. As duas primeiras matrizes situam-se numa abordagem marxista, sendo que a primeira está numa linha mais tradicional, e a segunda faz parte da crítica a essa postura anterior. Ambas acreditam nos movimentos sociais como capazes de por fim a estrutura capitalista e reprovam a relação de dependência do sujeito coletivo com partidos políticos e Estado, aquele deveria ficar de costas para este. A terceira matriz iá admite esse compartilhar do sujeito coletivo com o Estado, e as ações do sujeito coletivo não são necessariamente independentes de Partidos Políticos e nem autônomo em relação ao Estado. No processo de demandas, alianças e conflitos, que enveredam as ações dos sujeitos coletivos, o Estado pode funcionar como parceiro ou não, tudo vai depender dos interesses em jogo. Essa nova forma de participação estava menos ligada às relações de classe e mais voltadas para a ampliação das funções do Estado na sociedade. As suas ações estavam mais voltadas para a ampliação dos direitos do que para mudanças radicais na estrutura capitalista.

Numa incursão pela trajetória dos movimentos populares, pode se observar bem a existência da questão da autonomia e institucionalização. Na década de 1970, esses movimentos postulavam um caráter reivindicativo, de negação a institucionalidade política (Estado e partidos) e baseavam-se numa pedagogia da soberania popular compartilhada e interagida com instituições (igreja, intelectuais de esquerda, e ONG's). Nos anos 1980, mas precisamente a partir da segunda

¹⁸ Esse movimento, ao tempo que protesta e reivindica melhorias para suas comunidades junto ao poder público, ele também está inserido nos processos decisórios junto com o poder público. Para ver sobre participação popular no Prezeis consultar ARAÚJO e COSTA (1995) e sobre movimento popular de bairro em Recife ver CEZAR (1995) e FONTES (1999).

metade dos anos 1980, eles se colocavam entre o Estado, o mercado, e a cultura, e atuavam através de ações diretas, o que era antes a negação de uma institucionalidade política, passou a admitir o compartilhar com a esfera político administrativa. O descompasso anterior com os Partidos e Estado cede lugar à parceria, e o que antes era considerado democracia de base hoje se intitula democracia direta (Doimo, 1995; Jacobi, 1987, 1993). Enfim, o movimento popular, de um modo geral, figura nessa trajetória através do que Doimo chama de "sociabilidade ou seja, se expressa através de uma face cambiante" "expressivo-disruptiva" marcada por condutas de negação a institucionalidade política, e uma face "integrativo-corporativa", marcada pela interação seletiva com o Estado". Essa dupla face incorporou desde interesses de transformações radicais na integração social. sociedade. até interesses de implementação de políticas públicas e participação popular nos processos decisório (Doimo, 1995, p.197).

Tomando como referência essas posturas do movimento anteriormente descritas, e comparando com Movimento Popular (Movimento Reivindicativo de Bairros) que integra o Prezeis¹⁹, observa-se que o mesmo incorpora essa dupla face mencionada pela autora. A face expressivodisruptiva, é verificada nos anos 1970 e vai até o final dos anos 1980. Esse período é marcado por posturas de confronto, ações radicais, conflituosas e de afastamento em relação ao poder público, que por sua vez, apresentava-se de forma conservadora, autoritária e centralizadora. Em 1987 com a aprovação da Lei nº 14.947/87 do Prezeis, uma reivindicação do movimento popular solicitando a regularização das favelas e também a participação popular no processo decisório, a relação anterior de conflito e afastamento em relação ao poder público foi substituída, mesmo de forma tímida, por uma relação de negociação e interação. A partir de 1993, essa relação vai se tornando mais consistente, com a implantação de uma nova estrutura organizacional do Prezeis através da criação do Fundo Municipal e transformação do Fórum enquanto espaço deliberativo. segmento popular efetivamente passa participar

¹⁹ O termo movimento popular, embora comporte os movimentos reivindicativos de bairro é mais amplo que este. Aqui os dois termos estão sendo empregados com o mesmo sentido.

Coordenação do Fórum e demais instâncias do Prezeis com poder de decisão e passa a figurar então como co-gestor das questões ligadas à urbanização e regularização das favelas aonde habitam, negociando com o poder público (URB/Estado) as decisões a serem tomadas, é a clara evidência da face integrativo-corporativa.

Presença Feminina no Prezeis

Dentro desse universo descrito de gestão participativa da política urbana do Prezeis é que estão inseridas as mulheres investigadas. Elas figuram nesse quadro representando suas comunidades junto ao Prezeis. A preferência de investigação voltou-se para as titulares e não para as suplentes, o fato de tal escolha é justificada pelo fato da condição de líderes requererlhes uma maior atuação e compromisso diante das atividades que englobam o Prezeis, o que a princípio parece ser um indicador de afastamento da esfera privada e de prováveis mudanças nos hábitos e obrigações domésticas, o que provavelmente seria mais difícil de se perceber nas suplentes, visto que essas não exerciam de fato a representação comunitária., sua função era mais de substituição à titular quando da impossibilidade desta às reuniões e demais atividades.

A coleta de dados efetivada através da observação participante às reuniões do Fórum do Prezeis e do Segmento Popular, procurando ver as discussões e a participação das mulheres nesses espaços, e de entrevistas semi-estruturadas com as Representantes, procurando verificar nos seus relatos de memória, as relações estabelecidas entre a conservação do passado e a sua articulação com o presente (Bosi: 1987), identificando o perfil de uma situação de reconhecimento que esta mulher tinha de si própria numa etapa dita anterior à sua atuação na esfera pública e a atual situação. Esse resgate foi feito através dos relatos delas sobre a sua trajetória de vida, suas relações familiares, ingresso e participação em trabalhos comunitários, ingresso e participação no Prezeis. Eram dois os objetivos que se pretendia, no que se refere à verificação de

mudanças nas relações de gênero na esfera privada, procurou-se identificar os aspectos relacionados à sua autonomia, liberdade, poder de decisão em casa, definição e divisão dos papéis sexuais no lar. No que se refere às relações de gênero na esfera pública, o objetivo era perceber a sua atuação e relação com o poder público e os companheiros do movimento popular.

Foram entrevistadas, entre os meses de junho e julho/99, as 28 titulares representantes comunitárias que atuam no Prezeis. As entrevistas previamente marcadas foram realizadas nas suas próprias residências onde a entrevistada podia ficar mais à vontade e onde também se tinha a oportunidade de algumas vezes falar com os outros membros da família. As entrevistadas são moradoras de áreas de invasão, comumente chamadas de favelas, suas casas apesar de muito precárias ainda se destacam das outras lá existentes na área onde habitam. Estão num intervalo de idade que vai desde os 25 anos até 60 anos, a prevalência é para o intervalo entre os 40 a 50 anos. Possuem um baixo grau de instrução formal, ficando na faixa do 1º grau menor. Fisicamente aparentam ter mais idade do que normalmente têm. A maioria é casada, algumas com mais de um casamento, poucas são separadas e apenas duas são solteiras e sem filhos, a média geral de filhos é de aproximadamente cinco filhos, a faixa etária dos filhos compreende o intervalo de 1 a 31 anos. A maioria dos maridos está desempregada, as suas ocupações geralmente são de caráter informal, destacando-se o ganho através dos bicos, uma parte considerável dessas mulheres sustentam a casa e seus ganhos são considerados os ganhos certos da casa. Quase todas possuem mais de uma ocupação dentro da comunidade, indo desde a Associação, Conselho de Moradores, Centro Social, Agente de Saúde, Orçamento Participativo, Central de Movimentos Populares, Pastorais, até a participação em Clube de Mães.

O roteiro de entrevista essencialmente tentava indagar da entrevistada os momentos da sua vida antes (dona de casa) e depois da sua incursão na vida pública (trabalhos fora de casa) através de um relato da sua vida pessoal desde o tempo que ainda morava com os pais, passando pela constituição da própria família até o presente momento. Os relatos colhidos evidenciam que houve alterações nas relações de gênero

provenientes da saída dessas mulheres do ambiente restrito das suas casas à sua inserção nos trabalhos da comunidade.

O trabalho comunitário, na maioria das vezes de caráter reivindicativo, faz com que elas convivam com um processo de socialização diferente daquele da casa, nesses espaços seu grau de sociabilidade adquire qualidade considerada superior ao de antes, sobretudo pela gama de conhecimentos, pela auto-estima, poder de decisão e valorização que adquirem. A inserção na vida pública acontece principalmente devido às boas relações de vizinhança e da desenvoltura em se expressar. O primeiro convite é recebido com certa precaução e indecisão sobre o aceite, primeiro porque o marido tem que autorizar, dar o aval, e segundo porque o ingresso implica a disponibilidade de tempo, a perda da privacidade, o risco da exposição e uma maior responsabilidade.

Uma vez ingressa, começa a batalha de conciliação entre os trabalhos domésticos, o papel de esposa, e os compromissos comunitários. Além das reuniões no Prezeis, muitas delas, as mais engajadas, ainda participam das reuniões da Associação de Moradores, Clubes de Mães, Orçamento Participativo, e serviços de agentes de saúde. As estratégias usadas para darem conta dessas diversas atividades, e principalmente para se manterem no espaço público, revelam que a carga de trabalho para elas acaba sendo dobrada, pois além de fazer o trabalho comunitário continuam também fazendo os serviços domésticos.

... trabalho que só uma desvalida, de noite eu faço meu almoço ... de manhã cuido do café, de tudo, e aí pego e saio. Às vezes quando eu estou na cidade eu ligo, aí eu digo André pega o feijão dá uma esquentadinha, faz o molho do macarrão e bota a comida do teu pai.

... eu deixava almoço pronto, roupa lavada, casa organizada, eu deixava tudo pronto e dizia, olha se tal hora eu não chegar vocês se virem.

Além das dificuldades de lidar com uma "vida de trabalho dupla" essas mulheres, na sua maioria, ainda se submetem à resistência dos maridos que lhes cobram o cumprimento da rotina doméstica cotidiana e a presença constante em casa.

... foi muito difícil a minha saída de casa, porque quando eu ía para uma reunião que chegava, as vezes ele dizia: a essa hora?. Sempre havia uma reclamação pra que eu ficasse em casa, pra que eu assumisse determinadas funções que eu aos poucos fui me desfazendo delas porque pra mim era mais importante uma reunião lá fora do que ficar aqui lavando prato...

Quando ele tá com raiva de mim ele diz: triste da hora que eu botei tu pra trabalhar nesse negócio, tu era melhor como tu era

Os Encontros e Reuniões na comunidade e nos micro espaços do Prezeis são tidos pelas entrevistadas como espaços de aprendizado e conhecimento, lugar onde se sentem bem, onde são valorizadas, onde esquecem os problemas de casa, uma espécie de terapia.

É importante esses espaços porque a gente desenvolve muito, aprende, busca. ... eu já fui ignorante, mas a partir do momento que eu resolvi me comunicar com o povo, viver com o povo eu desenvolvi muito, eu aprendi muito.

Ali a gente tem a chance de se juntar com as outras, cada uma com uma idéia diferente, conversar, aprender mais coisas, discutir, brincar, se atualizar, saber das coisas que tá acontecendo, lá a gente esquece todos os problemas, eu esqueço o tempo.

Ali é um espaço político muito importante, lá está a nata do movimento popular, ali estão as pessoas mais importantes do Movimento, aquelas que tem uma certa cabeça, que já percorreram um certo caminho....

A participação das mulheres nos Movimentos Populares junto ao Prezeis as tornou mais conscientes dos seus direitos, aflorou nelas o espírito de cidadania, as tornou mais informadas. Vejamos alguns relatos que expressam esses elementos:

... essa outra vida que eu estou vivendo é muito melhor porque eu estou me realizando, eu estou sendo eu mesma...

... tem homem que é metido a machão, mas hoje como os direitos são iguais, eles têm que fazer tudo que as mulheres fazem, não deve ficar só pra mulher de jeito nenhum porque a coisa mais certa do mundo foi essa igualdade que apareceu porque antes de chegar essa igualdade a mulher foi muito humilhada.

As trocas de informações, experiências, e atualizações constantes que adquirem no processo da participação as fazem mudar as antigas concepções sobre a vida e as pessoas, passando a agir e a se pronunciar com mais autonomia e amor próprio, revelando e requisitando novos tratamentos e relações.

... eu disse pra ele, ah! meu filho só porque você tá pensando que você é homem e eu sou mulher, mas você não vai pisar em mim de jeito nenhum, pra pisar a gente se separa agora.

A primeira Janira foi muito acomodada achando até que se ela falasse um pouquinho mais alto alguma coisa ia explodir, ela tinha até medo de falar, mas essa outra agora não. Eu acho assim, que se eu tivesse tido essa visão que eu tenho hoje eu acho que eu não tinha passado por muita coisa.

As atividades políticas por elas desempenhadas fora de casa parecem-lhes mais valorosas e importantes do que as tarefas domésticas.

Que experiência tem uma mulher que acorda, vai lavar roupa, prato, etc? Aí veja a experiência dessa outra mulher que acorda e vai pra rua discutir problemas sociais, definir projetos, veja a bagagem que essa mulher traz pra casa e pro seus filhos.

Eu realmente era uma galinha, era do fogão pro tanque, o que ele dizia eu fazia, não saía de casa, não tinha amiga, não conversava com ninguém e ele pintava e bordava na rua. De repente eu me revelei, peguei vôo e agora ninguém me pega mais.

As necessidades frequentes das tomadas de decisões nas ações políticas por elas enfrentadas as fizeram também decididas nas suas relações pessoais.

Ele chegou uma época e disse pra mim assim: você vai escolher ou eu ou a comunidade, aí eu disse a ele, a comunidade, aí ele saiu uns dias de casa e depois voltou.

hoje eu não sou mais leiga e ele sabe disso, que houve uma transformação total em mim, agora ele tem cuidado no que fala porque senão....

Os discursos dessas mulheres que compõem o espaço do Prezeis revela que o mundo da rua trouxe e traz a elas uma outra visão do mundo e das pessoas a ponto de modificar suas atitudes nas relações pessoais, e de se sentirem realizadas, donas da sua própria vontade, donas do seu espaço. A inserção e participação nos Movimentos as fizeram exercitar a sua cidadania e exercitála implica aprender a protestar, a dizer não, a reivindicar, a negociar, a articular. Paralela a aquisição de tais habilidades vai surgindo também a construção ou reformação de um novo sujeito, sujeito esse que desponta usando estratégias mais inteligentes de convencimento, sem quebras e nem rupturas radicais, com maior perseverança, paciência e prudência, como elas dizem, com mais jeito, "um jeitinho que a mulher tem e os homens não tem".

A convivência diária com um público que é seu conhecido, com o qual se identifica na irmandade da miséria e pobreza as torna mais unidas, soltas, solidárias, aprendendo a compartilhar os problemas com os iguais. O reconhecimento das injustiças à classe social a que pertencem as faz perceber as desigualdades sociais e reivindicar mais direitos para o seu povo, para a sua comunidade, ao tempo que se estende para o seu mundo particular, pessoal, as fazendo reconhecer que não são objetos, que não são inferiores, que merecem ser ouvidas e bem tratadas, merecem ter voz e vez também dentro de casa.

Convivendo com o espaço institucional do Prezeis e com as ONG's, as integrantes desses movimentos populares, que estão inseridos na face que Doimo (1997) chamou de integrativo-corporativa, ou seja, de lado com o Estado e não de costas para ele (sobre a relação Movimentos Sociais e Estado ver Ammann (1991); Demo (1999); Jacobi (1987; 1993), e ainda no que Scherer-Warren (1993; 1999) chamou de redes movimentalistas, essas mulheres procuram no jogo com a administração pública espaços para reivindicar melhorias para suas comunidades, ao tempo que buscam visibilidade e poder através da legitimação que lhes é fornecida pela comunidade e pelo Prezeis. Visibilidade e poder que trazem reflexos também para o mundo das suas relações familiares e pessoais, uma vez que essas esferas, pública e privada, não são independentes, pelo contrário, estão imbricada uma na outra.

Referências Bibliográficas

AMMANN, Safira Bezerra. Movimento popular de Bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento. São Paulo: Cortez, 1991.

ARAÚJO, Adelmo; COSTA, Fernanda. Recife: desafios da participação popular no PREZEIS. Revista Proposta, nº 67. Rio de janeiro: 1995.

ARENDT, Hannah. As esferas pública e privada. In: A condição humana. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos.* 2. ed. São Paulo: T.A Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CEAS URBANO. Impacto do PREZEIS na fixação da população de baixa renda no Recife. Relatório de pesquisa. Mimeo. Recife: Centro de Estudos e Ação Social, 1995.

CEZAR, Maria do Céu. Recife: os movimentos de bairro e a politização do espaço urbano. In: *Revista Proposta*. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

DA MATTA, Roberto. A casa, a rua e o trabalho. In. O que faz o brasil, Brasil? 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DEMO, Pedro. Participação é conquista: noções de política social participativa. 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS, 1995.

FREITAS, Angela. Movimento de mulheres brasileiro do final da década de 70 a nossos dias – fatos, conteúdos, ações e articulações. In.: Debates e desafios atuais do movimentos de mulheres no Brasil e suas conseqüências para a política de gênero. DED Brasil. Olinda: 1998.

FONTES, Breno Augusto S. Maior (org.) Movimentos sociais: produção e reprodução do sentido. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.

FOUCALT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1993.

GIRALDO, Fernando Urrea. La Categoría de Género en las Ciencias Sociales Contemporáneas. In.: CASTELLANOS, Gabriela; ACCORSI, Simone; VELASCO, Gloria. (compilación). Discurso, Género y Mujer.

Editorial Facultad de Humanidades. Centro de Género, Mujer y Sociedad. La Manzana de la Discordia. Santiago de Cali, diciembre de 1994.

GUIMARÃES, Maria de Fátima. Género e gobierno municipal. La paraticipación de las mujeres en el Programa Prefeitura nos bairros de la ciudad de Recife (1986/1996). Tesis Doctoral, Programa História y Sociedad. Universidad de Deusto. Bilbao, España, 1999.

HOBSBAWN, Eric. A Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JACOBI, Pedro. Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde. São Paulo 1974-84. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In.: *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

LUBAMBO, Catia W.; GUIMARÃES, Sueli M.P. O Prezeis – uma estratégia de ação coletiva para uma conquista social. In.: O impacto social do trabalho das ONGs no Brasil. 1. ed. São Paulo: ABONG, 1998.

MARINHO, Geraldo. Uma Política Inovadora de Urbanização no Recife: 10 anos de PREZEIS. Recife: Centro Josué de Castro/FASE/ETAPAS, 1999.

MOLYNEUX, Maxine. Movimento de Mulheres. In: OUTHWAITE, William. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MORA, Luis de la. Pouvoir Local, Participation Populaire et Conquete de la Citoyennete, Evaluation du Processus de Participation dans le Plan Recuperation des Bidonvilles de Recife. (Bresil). Paris: 1992. These de doctorat de l'université de Paris I.

_____. O Prezeis como instrumento de conquista da cidadania: avaliação da participação dos representantes das organizações populares dos membros das entidades de assesoria e dos funcionários públicos no fórum do Prezeis. Mimeo. Recife: 1993.

PINTO, Celi. Movimentos Sociais: Espaço Privilegiado da Mulher Enquanto Sujeito Político. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. Recife, SOS/CORPO, 1991.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In.: BORBA, Angela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (orgs.). Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

URB-RECIFE/FASE/CENDHEC. Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social-Prezeis. Manual para Lideranças. Recife: 1997.